

CULTURA POLÍTICA MENTALIDADES



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1989

**«AS ESPERANÇAS QUE NÃO MORREM»:
POLÍTICA E CULTURA NA SOCIEDADE BRASILEIRA
NA DÉCADA DE 40**

«Aqui, na mesma guerra pela democracia estamos hoje unidos e unido o pensamento do Brasil. E está também a fé na democracia, a fé no futuro, a fé nos teimosos destinos do Brasil».

Oswald de Andrade

Para a história da sociedade brasileira, o ano de 1945, é considerado pelos especialistas como marco inaugural do processo de (re)democratização.

Sem entrarmos em maiores detalhes acerca das discussões teóricas que habitualmente envolvem a fixação de marcos cronológicos postulamos um deslocamento que, não se restringindo ao momento da mudança na forma do político, incluiria os acontecimentos de 43-45 (re)valorizando os argumentos a que recorrem os historiadores para justificar aquela datação.

É pertinente mencionar que este período assinala o momento de reorganização do Partido Comunista do Brasil (PCB) — com a realização da Conferência de Mantiqueira em 1943 — e a realização do 1.º Congresso da Associação Brasileira de Escritores (ABDE) em Janeiro de 1945 no Estado de São Paulo, ambos escolhidos como lentes de observação para o entendimento daquele processo.

Nestes termos buscamos focalizar a transição do regime autoritário para uma situação democrática privilegiando o papel desempenhado pelos intelectuais e mais particularmente os intelectuais comunistas.

Tal escolha decorre de uma dupla constatação: em primeiro lugar porque naquela conjuntura alteram-se as formas de participação e de incorporação dos intelectuais na vida

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense.

política brasileira e, em segundo lugar porque a emergência do PCB à legalidade coincidiu com o período em que reuniu em seus quadros um grande número de intelectuais, quer se considere os períodos precedentes, quer os subsequentes.

As considerações em torno da questão dos intelectuais se apresentam então como privilegiados para que se possa compreender tanto as questões de fundo presente no momento de reorganização do partido em 43, como o perfil que esta organização viria a assumir quando, em 1945, atuou à luz do dia. O diagnóstico sobre nossa realidade social e os projectos formulados pelos intelectuais constituem-se no objeto de análise deste artigo.

Começemos pelos escritores. Uma primeira constatação: a não especialização e o carácter amadorístico de sua actividade.

O trabalho de «escritor» era, *grosso modo*, exercido por alguém que combinava esta actividade ao desempenho de uma outra, frequentemente identificada como a profissão principal: médico, advogado, professor, jornalista ⁽¹⁾ e uma grande maioria de funcionários públicos.

Observa-se em nossa sociedade a escassez de espaço para a incorporação de intelectuais. No âmbito do Estado, só lhes restava o funcionalismo público, no da «sociedade civil» só a Igreja lograra até então organizá-los. No entanto, esta iniciativa da hierarquia eclesiástica, corporificada na criação do Centro D. Vital e na fundação da revista *A Ordem*, distinguia-se por sua natureza e objetivos. Nasceria com a marca daquela cúpula com as elites e sua formação cristã. Sem descer a maiores detalhes, por fugir demasiadamente ao tema, cabe sublinhar apenas que não integrava o universo de suas preocupações, nem cunhou a sua práxis, o pensar o novo homem e a nova sociedade ⁽²⁾.

Todavia, durante o Estado Novo, a participação dos intelectuais na política passara por transformações importantes por força da implantação de um projeto político que visava a incorporação desse segmento social.

O móvel dessa política foi, sem dúvida, a necessidade de legitimação do novo regime, que buscou aliar a dominação

(1) Nelson Werneck Sodré, *Memórias de um escritor*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, p. 221.

(2) Para o aprofundamento desta questão veja-se: Berenice Cavalcante, *Movimento católico leigo no Brasil; as relações entre Igreja e Estado — 1930/37*, Niterói, 1975 — Mimeog. (Dissertação de mestrado. Departamento de História — ICHF. Universidade Federal Fluminense).

coercitiva com um certo grau de consenso social⁽³⁾. A atualização das formas de dominação social implicaria naquele momento a incorporação de demandas das classes subalternas que deveriam se constituir em suportes do novo regime. Dessa forma, a constituição do novo regime não pôde abdicar de um projeto político-ideológico extremamente bem articulado que convencesse tais segmentos da necessidade da nova ordem. Uma nova ordem, cunhada pelo princípio do fortalecimento do Estado. Neste duplo movimento, em que se restringia o núcleo decisório através da centralização do poder, buscava-se a ampliação de suas bases de sustentação políclassistas.

A consecução de um tal projeto político exigiu a incorporação dos intelectuais aos quais incumbiria a tarefa de produzir e difundir os novos valores e a nova visão de mundo que sustentava a implantação do Estado Novo.

Importa destacar aqui que, para além de um conjunto mais rico de iniciativas desencadeadas então, a questão da cultura ganhou relevância maior. Na interpretação de Bolívar Lamounier, em suas análises sobre a questão da ideologia em regimes autoritários, a direção imprimida pelos ideólogos do Estado Novo era distinta da anterior por ser portadora de uma nova qualidade de argumentação política, e pela assunção por parte do Estado de funções outrora desempenhadas por diferentes grupos sociais. A questão da cultura passou a ser concebida em termos de «organização política ou seja, o Estado criando aparatos culturais próprios»⁽⁴⁾. O projeto político estadonovista, redimensionando as formas de dominação, ampliou os espaços de incorporação dos intelectuais que se identificassem com esse ideário e que pudessem compor o quadro de colaboradores das revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*.

A necessidade de desenvolver uma consciência política sólida reforça a exigência de sua socialização, com o objetivo de produzir uma «literatura proletária», isto é, acessível à compreensão do povo. Enfeixada nessa diretriz, a produção, dessa literatura deveria ser patrocinada pelo Estado, instância de organização das manifestações da cultura popular.

O Estado patrocinador chamava assim os intelectuais à participação, mas chamava apenas aqueles que partilhassem dessa concepção.

(3) Antônio Gramsci, *Maquiavel, a política e o estado moderno*, trad. Luiz Mario Gazzaneo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

(4) Lamounier Bolívar, «Ideologias em regimes autoritários; uma crítica a Juan Linz», *Estudos Cebrap*, SP, n.º 7, pp. 68-92, jan./mar. 1974.

Reconstruindo o papel desempenhado pelos intelectuais neste processo, Mônica Veloso demonstra também em seu estudo de que maneira o discurso transmitido por *Cultura Política* deixa entrever, «na ênfase à participação, uma ameaça velada aos que se negam a fazê-lo, quando coloca o Estado como defensor da coisa pública. Nesta acepção, negar a colaboração significa negar o interesse pela própria nação. O intelectual deve, portanto, desempenhar papel vital na nova ordem, já que se constitui no setor mais dinâmico da sociedade e como tal é o mais apto a dirigir ou assegurar o processo de mudança política»⁽⁵⁾.

Se o Estado não podia prescindir da colaboração dos intelectuais, chamando-os à participação, esta era, no entanto, limitada pela questão da identificação com o projeto. Significa dizer que os críticos estavam excluídos, cerceamento mais eficazmente realizado pelas atribuições do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com sua função de censor da imprensa. Todavia, a própria censura imposta ao debate político nos jornais permitiria que se expandissem no período as seções literárias.

Por outro lado, em resposta a esta realidade, os «escritores» excluídos dessa participação desempenharam também suas funções de revistas especializadas.

A percepção da singularidade de sua forma de inserção social pode ser avaliada, tomando-se como referência a série de entrevistas realizadas por Mário Neme entre jovens escritores, no final do ano de 1943, início de 44, através do jornal *O Estado de São Paulo*⁽⁶⁾.

Os entrevistados, num total de 30 escritores, na faixa dos 20 e 30 anos, expressando posições políticas diversas,

(5) Mônica P. Veloso, *Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual*, in: Lúcia Lippi, Mônica P. Veloso e Angela Castro Gomes, *Estado Novo, ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

A autora, trabalhando nesta direção, demonstra como, durante o Estado Novo, o discurso produzido por estes intelectuais buscou legitimar a intervenção estatal em todos os sectores da sociedade civil, construindo uma nova concepção de cultura, como fruto da nova ordem política. Assim, afirmaram que o «Estado liberal teria efetuado uma perigosa abstração ao separar o homem, cujo domínio é o da cultura, do cidadão, cujo domínio é o da política. Defende-se a necessidade de unificar as esferas política e social através do estabelecimento de uma cultura política. Dentro de uma tal perspectiva, em que a política é compreendida como força disciplinadora, coordenadora, e organizadora das forças sociais, as manifestações da sociedade só se podem dar sob a tutela da ordem política».

(6) Mário Neme (org.), *Plataforma da nova geração*, Porto Alegre, Ed. Livraria Globo, 1945.

comprovariam a observação de Werneck Sodré acerca da não-profissionalização (7).

Segundo a explicitação do próprio Neme, a série de entrevistas objetivava lançar algumas luzes sobre quatro campos específicos:

1.º) se os escritores moços do Brasil tinham ou não consciência dos problemas mais orgânicos da cultura brasileira;

2.º) qual o nível e o clima intelectual em que se colocavam suas preocupações mais sérias;

3.º) qual a qualidade de sua formação cultural, universitária ou autodidata;

4.º) «o que se poderá esperar dos moços de hoje no campo da arte, da ciência e das ideias».

Seguindo esta trilha, foi enviado aos entrevistados um roteiro de perguntas (dez ao todo), e, mesmo nos casos em que os depoimentos se apresentaram num texto corrido, sem responder aos quesitos separadamente, há rico material para que se possa extrair dois aspectos que interessam em particular ao tema em estudo: como recortaram a questão da «nova geração», isto é, como apreenderam e definiram o papel dos escritores, e em segundo lugar, a articulação deste papel com a sociedade na qual estavam inseridos.

O conjunto de respostas reunidas então fornece uma amostragem significativa das expectativas e das visões dis-

(7) É a seguinte a relação dos entrevistados por Neme e as respectivas profissões: Cecílio Carneiro, médico; Lourival Gomes Machado, advogado; Antônio Cândido de Mello e Souza, professor; Ciro Tassara de Pádua — conforme consta de seu depoimento foi «forçado pela contingência da vida a abandonar os estudos e dedicar-se a outros misteres»; Heraldo Barbuy, estudos de história e filosofia; Edmundo Rossi, advogado; Octávio de Freitas Jr., médico; Alphonsus de Guimarães, advogado; Jamil Almansur Haddad, médico; Rubem Braga, advogado; Mário Donato, artes gráficas; Mário Schenberg, engenheiro electricista; Edgar Cavalheiro, funcionário do Banco do Estado; Arnaldo Pedroso d'Horta, advogado; Lauro Escorel Rodrigues de Moraes, advogado; João de Araújo Nabuco, redactor do *Diário Forense*; Tito Vazio Batini, funcionário da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; Fernando Ferreira de Góes, redactor do *Jornal da Manhã e Correio Paulistano*; Ernani Silva Bruno, advogado; Maria Eugênia Franco, física; Luiz Sara, arquitecto; Miroel Silveira, advogado; Afranio Zuccolotto, advogado; José Almiro Rolmes Barbosa, jornalista; Rui Galvão de Andrade Coelho, professor; Hovanir Alcântara Silveira, advogado; Paulo Zingg, comerciário; Edgar de Godoi da Mata Machado, advogado; Paulo Emílio Sales Gomes, jornalista.

tintas representadas pelos jovens escritores de então. Todavia, é possível identificar um aspecto presente no conjunto de depoimentos, revelador de uma tomada de posição comum a todos eles: com maior ou menor ênfase o diagnóstico crítico com relação à realidade social brasileira.

Destaquem-se três imagens cuja retórica sugere a possibilidade de entendimento simultâneo de suas definições acerca da «missão» que buscavam delinear, bem como suas análises acerca da realidade social na qual estavam inseridos.

«Recebemos um mundo falido e nossa missão é tentar melhorá-lo» (8). «Não vivemos uma época de ficção» (9). «Tempo de inquietude e melancolia» (10).

A possibilidade de interpretação, de entendimento do sentido subjacente a cada uma destas caracterizações, torna-se possível na medida em que sejam articuladas às referências várias diluídas nos demais depoimentos.

Neste sentido, falência, inquietude e melancolia ganham concretude nas demais referências, no momento em que os depoentes apontam e discriminam os elementos presentes ou ausentes na formação social brasileira. Ou seja, tanto num movimento de reconhecimento daquilo que estava vivo, presente, integrando nosso universo econômico, social, político e cultural, como também de tudo mais de que careciam, porque morto, ausente, destruído.

Falido: na visão de Antônio Cândido, tendo em vista que os intelectuais não podiam cumprir seus papéis. As soluções eram de «élites», frequentemente «idealistas» e eivadas de pressupostos e valores «conservadores» e tradicionais (11).

Finalmente, o tom de forte lamento pela perda dos valores e dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade (12) resultaria na opinião difundida então sobre a confusão de valores e o mutilamento da existência humana (13).

Traços da solidariedade que estaria na base de suas formulações.

Do permanente contraste entre a afirmação do que existe e do que não existe, pela perda ou pelo não-adquirido, se depreende também o conteúdo crítico dos depoimentos, sintetizados na referência de que esse não era o tempo de «ficção». A esta afirmação deve-se articular outra significativa refe-

(8) João Araújo Nabuco, in *Plataforma*, p. 160.

(9) *Ibidem*, p. 162.

(10) Antônio Cândido, in *Plataforma*, p. 28.

(11) Antônio Cândido, in *Plataforma*.

(12) Ciro T. de Pádua, in *Plataforma*, p. 47.

(13) Heraldo Barbup, in *Plataforma*, p. 54.

rência, em que se postulava um novo estigma para a literatura que não fosse apenas «o sorriso da sociedade» (14).

Ainda que seu autor a tivesse cunhado com o objetivo explícito de combater a retórica acadêmica que privilegiava a forma em detrimento do conteúdo, com o sentido de embelezar e travestir o discurso de formas encantadoras, não fica distante, e pelo contrário, reforça a postura crítica consensualmente assumida pelos representantes da nova geração. A ficção deveria suceder à crítica, seja no entendimento da crítica literária, que se expandia, seja como matriz de produção.

Neste último sentido, proclamavam a necessidade de serem críticos com relação ao idealismo, ao reacionarismo e ao distanciamento entre povo e intelectual (15). Crítico, enfim, de tudo que reproduzisse ou que mantivesse vivas a inquietude e a melancolia.

A partir de então, torna-se mais clara a ideia de «missão do escritor» que se delineia nos diversos depoimentos. Seu conteúdo residiria no estabelecimento dos estreitos vínculos entre o exercício do ofício de escritor e a conscientização, de forma a «tornarem reconhecíveis as vozes da época» (16).

O esquadramento do campo de concepções explicitadas então revela que tais opiniões, se tomadas como representativas das aspirações e expectativas deste segmento social, por seu conteúdo crítico, refutavam a reprodução de uma prática que não se pautasse pela intervenção no processo social, expressão primeira de seu entendimento sobre a «missão» dos escritores. Importa contudo ressaltar que tal missão, ainda que expressa em termos individuais, era reveladora da proposta de que a eles caberia o papel de promover o progresso humano e a inteligência livre. Suas armas, esclarecer o pensamento e pôr em ordem as ideias.

Torna-se claro que defendiam com firmeza o engajamento, a participação política. Articulam-se, desta forma, as peças desse discurso múltiplo: o ofício do escritor, seu conteúdo crítico — expressão de sua consciência social —, a intervenção criadora, quer dizer, a renovação.

A recusa à passividade e seu parceiro — a participação no processo de reconstrução social — transparecem de forma inequívoca na indagação de Edgard Cavalheiro: «como criar fora da vida?» (17). Revelando seu ponto de vista, claramente

(14) Octávio de Freitas Jr., in *Plataforma*, p. 69.

(15) *Ibidem*, p. 74.

(16) Edmundo Rossi, in *Plataforma*, p. 59.

(17) Edgar Cavalheiro, in *Plataforma*, p. 133.

contrário ao isolamento, externa ainda sua «esperança em vê-los (os escritores) marchando ao lado da multidão, preocupados não com vagos ou profundos problemas estéticos, mas com os problemas de todo santo dia». Sobressai nesta afirmação, que postula o engajamento, seu entendimento em direção à multidão o povo.

A metáfora de Pedroso Horta não se afasta dessa linha de pensamento, pois afirma: «Será raro hoje o sujeito que defende o (isolamento) do intelectual. Se o intelectual se sente dificultado pelos problemas existentes, cumpre-lhe cuidar de remover tais problemas. Ele não pode ser a bela adormecida do bosque, à espera de príncipes encantados que venham tirá-lo do sono imposto por fadas más»⁽¹⁸⁾. Seu sentido é o chamado à prática política, à remoção dos obstáculos impostos pelo regime que se vivia então. Renegando talvez Luiz da Silva, o angustiado personagem de Graciliano Ramos⁽¹⁹⁾, pensavam ser estas as condições da liquidação da «falência» e eliminação da «inquietação» e da «melancolia» que lhes marcavam o quotidiano e influenciavam sua produção literária.

Sublinhe-se este aspecto — a proposição dos estreitos laços entre o ofício de escritor e a ligação com a vida, com o progresso social em curso. Atualizando a concepção acerca da função social e da atividade política dos escritores, demarcavam as diferenças entre o movimento que se delineava no início dos anos 40 e manifestações anteriores, das gerações que os precederam.

No exercício da crítica que privilegiavam então, procederam à releitura da Semana de 22, não se furtando a apontar, em diferentes depoimentos, as debilidades e precariedades de um movimento literário que se circunscrevesse aos limites alcançados então.

A «revolução de superfície, com muito brilho e pouco tutano», como a classificou Pedroso Horta (porque não ultrapassara os limites excessivamente literários, da arte pela arte, apenas preocupada com os problemas da forma), «gesticulou mais do que produziu»⁽²⁰⁾, perdendo-se «na piada, na virtuosidade e na ação política reacionária, estouro de enfants

⁽¹⁸⁾ Pedroso Horta, in *Plataforma*, p. 138.

⁽¹⁹⁾ O título do referido romance — *Angústia* — anuncia o tratamento concedido pelo autor à problemática do intelectual, em nossa sociedade. Em sua narrativa, encontramos o retratar do quotidiano melancólico do intelectual, vivenciando a não profissionalização e a falta de espaços para incorporação dos intelectuais.

⁽²⁰⁾ Edmundo Rossi, in *Plataforma*, p. 63.

terribles» (21). Fazendo restrições a um movimento que se limitará ao campo da estética, seu efeito e resultado posteriores não se beneficiaram nem mesmo da força advinda da ação conjunta, pela razão mesma de que a Semana não se ligara à vida.

A nova geração de escritores considerava este tempo esgotado.

O processo que viviam então impunha-lhes a necessidade inexorável da crítica e análise que no entender de António Cândido, redimensionaria o papel dos escritores, na medida em que se constituíssem em agentes do processo social. Recuperando em seu depoimento a articulação escritor/cidadão, buscava explicitar seu entendimento dos novos contornos que se delineavam para essa camada de intelectuais.

É importante ressaltar que o universo de concepções, idéias e propósitos explicitados então, ainda que fortemente identificado com os sentimentos do alvorecer de um novo momento, não destituía de importância e nem mesmo desconsiderava ou apagava o reconhecimento de tentativas pretéritas daqueles que trilharam um percurso que em muito se identificava com o que se defendia em 40. Os jovens escritores recortaram a década de 30 como momento importante dessa reflexão social. As tensões sociais vividas então marcaram a produção literária, enriquecida pelas obras de José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado entre outros, que se debruçaram sobre temáticas vivas e concretas de nossa formação social, retratando em seus personagens problemas candentes da realidade.

Valham uma vez mais as considerações de António Cândido sobre aqueles anos — «O período de 'realismo histórico' de Caio Prado Jr., do historicismo burguês de Gilberto Freire, da Série Brasileira, da fundação das faculdades de filosofia, dos romances de José Olípio, do planteamento dos problemas sociais do Brasil».

A possibilidade de se refletir sobre o esforço realizado à época pelos intelectuais em geral — pelos escritores, em particular —, numa conjuntura que prenunciava mudanças, pode melhor ser avaliada se se recupera a reconstituição feita por Alberto Passos Guimarães (22). Sem minimizar os aspectos destacados acima, seu relato o enriquece, por que busca melhor enfatizar as dificuldades advindas de uma situação de falta de espaços para a incorporação desses intelectuais.

(21) Lourival G. Machado, in *Plataforma*, p. 25.

(22) Entrevista à autora, 24-11-82.

Discorrendo sobre os anos 30 em Alagoas, afirma aquele intelectual comunista:

«Havia então uma situação de agitação nas classes médias. E isso numa época em que o fascismo, no mundo inteiro, começava a desenvolver-se, e em que dentro do país se criavam organizações fascistas do tipo da Acção Integralista Brasileira. Dentro deste clima, a classe média e a intelectualidade do Nordeste começou a ter uma acção participativa muito maior. Criavam-se grupos para discutir a situação e nascia, por exemplo, um jornal que era dirigido por mim e Waldemar Cavalcanti. Um jornal que se chamava *Novidade* e que teve um período de vida de seis meses e terminou com carta redigida por nós, agricultores, justificando então a intervenção chamada 'Vida, paixão e morte de *Novidade*'. De *Novidade*, que era um jornal literário, participaram Graciliano, José Lins do Rego, Santa Rosa. Meu último artigo foi 'A última geração de burgueses' porque já me ligava ao interesse pelas modificações mais profundas da sociedade.... Havia realmente uma necessidade de um agrupamento e também de expressar as idéias através de um veículo. O *Novidade* exerceu neste sentido um papel importante. Houve também uma atividade literária no sentido mais amplo. Havia lá uma 'Academia dos Desunidos' e uma liga que fundamos, para empréstimo de livros, organização de feira de livros, recitais lítero-musicais, saraus».

De acordo com as ideias aqui desenvolvidas, alguns pontos deste depoimento merecem destaque, para articulá-los ao conjunto de entrevistas reunidas por Neme e para que se possa inscrever, neste debate, os intelectuais comunistas. De início, a percepção da situação de isolamento e de não-incorporação em seu meio. O esforço era no sentido de integrar atividades individuais através de veiculação, da troca, da divulgação de suas idéias, expressa nas iniciativas de agrupamento, cuja finalidade era a construção de um espaço inexistente na sociedade de então. Acrescente-se ainda o fato de a iniciativa ter partido deles próprios, como condição de sobrevivência, reprodução e crescimento de suas atividades. O depoimento, contudo, não se reporta apenas a este ângulo da questão — a exiguidade de espaço na sociedade para a atividade do intelectual. Dele se pode extrair também a percepção mais ampla da realidade, revelando a outra face do impulso criador dessas iniciativas, através das referências à agitação das classes médias, ao perigo do fascismo em nossa sociedade e à ação no processo social.

Nesta perspectiva, produz-se um diagnóstico sobre a nossa realidade social que privilegia os fatores de natureza política, e as dificuldades do período pós 37. A geração de 39

«tomou na cabeça pelo mundo inteiro sendo muito importante notar que o Brasil está situado no mundo» (23).

Nessas circunstâncias de cerceamento das liberdades em decorrência da expansão do fascismo na Europa e no Brasil, com a instalação do Estado Novo, resultaria uma «geração menos criativa, e com certa pobreza em relação à anterior» (24).

A perspectiva de análise presente nesses textos, interrompendo um processo, ou senão reconhecendo as alterações decorrentes do curso das mudanças na ordenação do regime político, embasaria o clima de reconstrução que os dominava. Havia sem dúvida a questão mais candente da guerra contra o fascismo, mas não desmereciam os aspectos nacionais. Os efeitos devastadores e destruidores da guerra e dos «regimes fortes» impunham a reflexão e a retomada da ação política. Enfocava-se sem dúvida, sob um novo ângulo, a nossa pobreza e o nosso atraso. Este foi o campo em que floresceu e adquiriu força a questão das liberdades.

Vale lembrar que a identificação primeira das práticas obscurantistas e castradoras da atividade cultural fazia-se com o nazifascismo. Todavia, na medida em que se decidia a guerra na Europa, com o prenúncio da vitória dos Aliados, recriava-se o entusiasmo das forças sociais que os apoiavam, fortalecendo-se internamente os movimentos sociais abafados até então. Se permanecia a inquietude, a melancolia cedia lugar ao entusiasmo e à empolgação com a vitória.

Nos artigos produzidos então, a tónica era o advento de uma nova alvorada. Sem dúvida, a palavra-chave utilizada em abundância era o termo *novo*, a nova era, o novo homem, o novo intelectual, o novo partido (25).

Em fins de 44, início de 45, as seções literárias dos jornais recriavam o sentido e o conteúdo do termo *novo*, em suas múltiplas referências à sociedade brasileira da época. Historicizando a utilização deste qualificador, sugeriam a caducidade do Estado Novo, evidenciando os anseios e expectativas de mudança.

Ainda que a referência maior fosse o fim da guerra considerado como ponto de partida para a instauração de uma nova ordem, em que prevalecessem os valores com os quais identificavam a luta contra o nazifascismo, os artigos

(23) Pedroso Horta, in *Plataforma*, p. 143.

(24) Otto Lara Resende. «Depoimento a contra-gosto», *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de Novembro de 1946, 2.ª secção, p. 1.

(25) Veja-se, em especial as páginas literárias de *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, 1946.

produzidos então tinham um gancho na realidade brasileira, posto que, como se destacou em passagem acima, no dizer destes pensadores não se podia ignorar que o Brasil estava no mundo.

Aqui também se fazia presente, portanto, a necessidade do combate ao obscurantismo, a reconquista da democracia e do pensamento liberal, buscando-se estabelecer relações com o que se chamava «a cultura ocidental», destacando-se o papel das artes, em geral, na reavaliação do humanismo. Indiscutivelmente, ao longo do ano de 45 o espaço dessas seções literárias foi invadido pela presença mais acentuada de artigos de nítido conteúdo político, conforme veremos mais adiante. Nas palavras de Lúcia Miguel Pereira ⁽²⁶⁾, «temos o privilégio de assistir à morte de uma civilização e ao nascer de outra, privilégio que pagamos é verdade, com muitas emoções, e muitas tristezas».

No período 1943/45, a articulação das forças sociais envolvidas no processo de mudança na sociedade brasileira, de forma ainda velada e abafada pelas restrições prevalentes do regime de 37, exigia a instauração das liberdades como condição primeira do elenco das «novidades» que pretendiam instaurar.

Na reconstituição deste movimento subterrâneo das forças de renovação social e de luta pela instauração das liberdades democráticas, no limiar da década de 40, interessa, em particular, a consideração do papel dos comunistas.

Neste período, seria mais correta a referência aos comunistas e não ao partido comunista, pois, como adverte Leôncio Basbaum, «uma direção nacional, mesmo instável e efêmera como as que costumavam aparecer depois de 1930, havia desaparecido totalmente. Muitos ainda estavam presos, fugidos, alguns tinham conseguido ir à Espanha alistar-se nas forças republicanas, outros simplesmente tinha abandonado a luta, por motivos vários: temor, desesperança, desilusão» ⁽²⁷⁾.

E nesta observação ele não estaria só, pois na escassa literatura sobre a participação do partido comunista em nossa sociedade inexistem divergências acerca do reconhecimento do estado de dismantelamento e destruição de grande parte da organização dos comunistas em decorrência da repressão e perseguição dos órgãos policiais do Estado Novo. Mas se a máquina partidária fora em larga medida destroçada, sobre-

⁽²⁶⁾ Lúcia Miguel Pereira, «Fim de Ano, fim de mundo», *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 de Dezembro, 1945, 2.ª secção, p. 1.

⁽²⁷⁾ Leôncio Basbaum, *Minha vida em seis tempos*, SP, Alfa-Omega, 1976, pp. 222-223.

viveram alguns militantes, bem como resquícios da organização, sendo possível afirmar que o «partido existia em vários estados mas de maneira desorganizada. O único estadual que permaneceu organizado neste período foi o da Bahia. Por todo o território nacional, os comunistas não somariam mais de mil militantes» (28).

Este pequeno grupo de militantes da Bahia, onde estavam nesta época, entre outros, Alberto Passos Guimarães, Moisés Vinhas, Arménio Guedes, Maurício Grabois, Jorge Amado, Jacob Gorender e Giocondo Dias, — chamando atenção a presença de nomes expressivos de nossa intelectualidade — procurou tornar mais viva a existência dos comunistas como uma força política.

O esforço no sentido de organizar a participação política no período final do Estado Novo é assim descrito por Giocondo Dias:

«E, efetivamente, a política que desenvolvemos na Bahia foi que possibilitou uma certa movimentação de massa... Nós discutíamos se devíamos ou não fazer uma manifestação de apoio ao esforço de guerra do governo. O nosso intuito era levar a massa à rua. O Jorge Amado tinha uma coluna diária no jornal, onde expressava o nosso ponto de vista. Um jornal imparcial, com muita habilidade e inteligência. Nós começamos a fazer um trabalho com os estudantes, intelectuais, organizamos a Legião dos Médicos para a Vitória, a Legião dos Comerciantes. E resolvemos fazer uma grande demonstração, e para isso o Jorge conseguiu o apoio do DEIP — Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda — que era um intelectual que dirigia, o Jorge Calmon».

No relato sobre a decisão a respeito dos cartazes e faixas para a passeata, a revelação das dificuldades de definição de uma política democrática e antifascista, quando relacionada concretamente à sociedade brasileira. Aí residiam as dificuldades de se costurar a aliança entre liberais e comunistas, a exemplo da seguida no plano externo, como demonstra a discussão sobre as fotos que deveriam ser carregadas pelos manifestantes:

«Nós do partido, achávamos que devia sair o retrato de Getúlio, da mesma maneira que devia sair o do Churchill, o do Roosevelt, e advogávamos que devia sair o do Stalin, mas não éramos contra que saísse o do Getúlio. Naturalmente, os esquerdistas achavam que só devia sair

(28) Dinarco Reis, Entrevista à autora, Rio de Janeiro, 1-12-82.

o de Stalin, e que não devia sair o do Getúlio, e outros achavam que só devia sair o do Getúlio e que não devia sair o de Stalin» (29).

Destas imagens sobressaem em primeiro lugar a presença e participação dos intelectuais, daqueles que eram movidos pela razão e a solidariedade. Apesar da precaridade orgânica do «partido», este constituía-se então como um espaço de participação política de intelectuais que partilhavam uma postura crítica com relação às estruturas básicas da sociedade brasileira. No estado da Bahia, o núcleo do partido exercia à época forte poder de atração sobre os intelectuais — fato relativamente novo em sua história, posto que em períodos precedentes era menos significativo o número de representantes da intelectualidade que se filiavam ou se aproximavam do PCB. Considerados os aspectos descritos anteriormente acerca do esforço desempenhado pelos escritores à época, pode-se melhor apreender o papel que o PCB passava a exercer junto a estes segmentos sociais, reunindo-os e ligando-os aos demais segmentos da sociedade.

Indiscutivelmente, a precária organização partidária guardava traços distintivos das épocas precedentes. Neste momento, os intelectuais que se ligavam ao comitê estadual da Bahia não se limitavam ao debate literário e cultural, mas redefiniam a sua inserção social. Como se sublinhou em passagem anterior deste texto, os espaços existentes em nossa sociedade para a organização dos intelectuais — o Estado e a Igreja — não comportavam aqueles que concebiam a política como condição da criação do novo homem e da nova sociedade. Esta face da moeda, — a possibilidade de pensar um projeto alternativo para a sociedade que refletisse as aspirações das classes subalternas — começa a ser ocupada pelo PCB, que aspirava, então, a constituir-se num «locus» deste debate.

O papel que o partido comunista desempenhava no estado da Bahia explicava-se, ainda, por ter buscado manter um estreito relacionamento com o movimento geral da sociedade, isto é uma tomada de posição em relação às questões mais candentes à época e um trabalho participativo de organização de diversas camadas sociais. Finalmente, esta prática política era realizada em conjunto com correntes de concepções políticas diversas, ou seja, numa atuação política, em aliança com os liberais. Levavam à prática, e não se restringiam apenas a uma formulação retórica, uma política que

(29) Giocondo Dias, Entrevista à autora, Rio de Janeiro, 30-11-82.

os articulava com as demais forças da sociedade que se opunham ao regime.

Com a finalidade de expandir o movimento e de estabelecer uma ligação com outros núcleos de comunistas, Armênio Guedes foi para São Paulo, onde «eram grandes as dificuldades». Segundo Leôncio Martins Rodrigues⁽³⁰⁾, já havia desde 1938, divergências entre o Comitê Central Provisório de São Paulo com o Secretariado no tocante à escolha de candidatas a uma possível eleição. Discordâncias agravadas pelas diferenças da concepção acerca do caráter da revolução brasileira. Com a prisão dos membros da direção em 1941, cortaram-se os laços entre a direção central e os militantes paulistas.

A partir de então a situação se deteriorou, tornando mais precária a organização partidária, pois «muita gente foi tratar da vida»⁽³¹⁾.

Dois aspectos merecem destaque na reconstituição do quadro esboçado acima. Por um lado a evidente desorganização do núcleo paulista do PCB, causa da mencionada ida de militantes para aquele estado. Por outro lado, os efeitos da definição da direção central perante Vargas, dilatando as dificuldades, uma vez que um grupo de militantes colocava-se abertamente contra essa linha política. Alberto Passos Guimarães, responsável pela direção na Bahia, relata que em correspondência com os membros do Comitê Revolucionário de São Paulo discutiu-se a proposta destes últimos sobre «a possibilidade de se proceder a novas eleições no partido, para a exclusão de alguns elementos». A proposta, vista com simpatia pelo depoente, justificava-se pela discordância acerca «da linha política, que atribuía à burguesia brasileira, a hegemonia do movimento revolucionário no Brasil... Eu achei que era chegada a ocasião propícia para se discutir o problema da direção partidária e da linha revolucionária aplicada por esta direção».

Esta questão permaneceria como de difícil resolução ao longo dos anos posteriores, reproduzindo-se nas divergências dos anos subsequentes.

Por último, mais um destaque: o contraste entre a situação do partido em São Paulo e na Bahia. Neste estado preservava-se um certo nível de organização local, assinalando-se

⁽³⁰⁾ «O PCB: os dirigentes e a organização», in Fausto Boris (org.), *O Brasil Republicano. Sociedade Política (1930-1964)*, T. III, Vol. 10, HGCB, Difel, S. Paulo, 1981.

⁽³¹⁾ Dinarco Reis, Entrevista à autora.

no período a ligação com o movimento de massas, a participação ativa dos intelectuais e a prática política ampla unitária. Em contrapartida, em São Paulo, a desorganização dos militantes, muitos intelectuais, favoráveis à política de aliança com os liberais e em franca oposição a uma política de apoio a Vargas.

Deslocando-se o nosso campo de observação para o movimento da sociedade brasileira em 1943, percebem-se as primeiras manifestações de oposição ao regime de Vargas. Segundo Francisco Weffort⁽³²⁾, a partir daquela data a discussão sobre o regime se torna pública. Datam daquele período um certo «abrandamento» da censura à imprensa, a criação da UNE, e a divulgação do Manifesto dos Mineiros, que a historiografia tradicionalmente recorta como importante pronunciamento, influenciando no rumo dos acontecimentos subsequentes. Este quadro possivelmente favoreceu as iniciativas de militantes comunistas no sentido de estabelecer contatos com vistas à reorganização partidária. Não sem grandes dificuldades, pois grassava a desconfiança e uma certa prevenção entre antigos militantes para com os novos companheiros, contra os quais em alguns casos, se levantava a suspeita de serem agentes policiais, iniciou-se, no primeiro semestre de 43, o trabalho de contato para organizar uma conferência com o objetivo explicitado acima.

A Conferência da Mantiqueira, realizada em Agosto daquele ano, numa cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, é reconhecida, tanto pelos historiadores como pelos integrantes do partido, como o momento daquela reorganização e muito embora permanecessem dificuldades orgânicas, no período compreendido entre a Conferência e a legalidade (Maio 45), ela oferece a possibilidade de se observar a atuação dos intelectuais comunistas cuja trajetória e movimento em direção ao partido está sendo considerada.

Se com a realização da Conferência da Mantiqueira foram dados passos importantes no sentido da reorganização do partido, promovendo o encontro dos principais núcleos remanescentes da organização, que fixaram então uma linha política e elegeram uma direção nacional, as tarefas seguintes, principalmente as relacionadas com as questões orgânicas, processaram-se de maneira lenta e com resultados pouco significativos. Tudo indica que as dificuldades de se recompor

(32) Francisco Weffort, «Origens do Sindicalismo Populista no Brasil; a conjuntura de pós-guerra», *Estudos*, Cebrap, SP. ed. Brasileira de Ciências, n.º 4, 1973.

a máquina partidária resultaram menos da situação de ilegalidade, como muitas vezes se quer fazer supor, e mais de resistências e discordâncias com relação à linha política aprovada. Reavivaram-se antigas dissensões em torno da posição dos comunistas face ao regime de Vargas.

É importante observar que durante o ano de 1944 algumas personalidades com projeção na sociedade, em termos de sua prática política, e claramente identificadas com o partido, tiveram sua intervenção no processo marcada por uma orientação diversa da fixada na Conferência. É com base nesta constatação, que se aludiu acima aos embaraços remanescentes com relação à estruturação orgânica.

De um lado, os comunistas que discordavam da orientação de apoio incondicional a Getúlio, defendendo a postura da luta democrática e, portanto, de aproximação com as forças de oposição ao regime, consideravam que ainda não estariam esgotados os meios de fazer valer suas posições. É importante destacar que intelectuais como Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães e Astrojildo Pereira, identificados com esta posição tinham a legitimá-los o facto de terem participado dos movimentos pelo restabelecimento das prerrogativas democráticas em nossa sociedade, sem, contudo, abandonar seus ideais comunistas.

Por outro lado, o partido que se formava então não poderia prescindir de sua participação, pelo facto mesmo de considerar-se o trabalho que desempenharam durante os primeiros anos da década de 40, ainda que, em algumas circunstâncias, de forma individual e inorgânica. Foram presenças vivas e actantes nos grupos de intelectuais que se organizaram então nos movimentos de massas, como se procurou demonstrar acima. Mais do que isto, a sociedade os via como comunistas.

Através da observação do movimento dos intelectuais comunistas, pode-se recompor o processo de reorganização do partido dentro do quadro em que se realizaram as práticas sociais de luta em prol do restabelecimento democrático.

Neste propósito, a análise do Congresso da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), apresenta-se como momento privilegiado.

Os trabalhos de organização do Congresso tiveram início em 44. É de se supor que, até então, a Associação não se voltara para a política, cuidando somente de questões que diziam respeito ao exercício da profissão de escritor. Relatos sobre as reuniões da diretoria no período de 43 e 44 dão notícia da discussão sobre procedimentos a serem adoptados em termos das cobranças de direitos autorais, do interesse

em se organizar uma caixa beneficente de classe, da organização dos serviços de secretaria, da instalação de uma sede social e da incorporação de novos sócios⁽³³⁾.

Todavia, não é de surpreender que este quadro se tenha alterado, culminando com a realização do Congresso em Janeiro de 45. Em primeiro lugar, porque o encontro visava também a discutir as condições em que exerciam seu ofício de escritor. Grassavam, como se viu, entre os escritores sentimentos de descontentamento e frustração, alimentados pelas precariedades em que exerciam suas funções. Acrescente-se ainda que a partir de 43 alterava-se o quadro social por força de movimentos que deixavam entrever o desgaste do regime de Vargas.

Apesar da movimentação, o regime mantinha ainda o controle da situação, e isto explica o clima de apreensão em que foram tomadas as iniciativas de organização do Congresso. Não foram pequenas as dúvidas quanto às possibilidades de o governo permitir a realização do encontro⁽³⁴⁾. Reunidos em casa de Aníbal Machado, em 29 de Dezembro de 1944, os escritores foram surpreendidos pela notícia de sua proibição: «As prisões dos últimos dias, inclusive de políticos de tendência liberal, dão idéia da situação»⁽³⁵⁾.

Ao que parece tudo não passara de boatos, embora fossem suficientes para que tomasse corpo a idéia de seu adiamento, considerando-se sua realização «inoportuna em face da situação geral». Vencida esta posição, o Congresso realizou-se embora fosse aplicada a censura prévia nos jornais, de todo o noticiário, sobre o encontro em São Paulo.

Ainda sobre esta etapa preparatória do Congresso, importa destacar o trabalho conjunto realizado por escritores do Rio de Janeiro, reunidos para a escolha de delegados e definição de posições. Esses encontros congregavam tendências políticas diversas, militantes e simpatizantes, como relata uma vez mais Carlos Drummond de Andrade:

«Novembro, 29 — Sábado à tarde, reunião em casa de Aníbal Machado, para tratar da organização do Congresso da ABDE e firmar uma linha coerente de ação.

(33) Carlos Drummond de Andrade, «Éramos assim em 43», *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 Jan. 80, Caderno B, p. 7, 1944. «Páginas viradas», *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 Fev. 1980, Caderno B, p. 5 e Aníbal Machado, «A ABDE em 1944», *Correio da Manhã*, 18-03-1945, 2.ª secção, p. 33.

(34) Correspondência de Edgar Cavalheiro a Nelson Werneck Sodré, Nelson Werneck Sodré, *ob. cit.*, p. 330.

(35) Carlos D. de Andrade, «Escritores naquele tempo», *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 Fev. 1980, Caderno B, p. 5.

Compareceram Lia Correa Dutra, Eneida, Osório Borba, Dalcídio Jurandir, Moacir Werneck de Castro... Ficou combinado que formaremos um grupo unido, para participar dos debates de maneira objetiva e politicamente segura, todos se submetendo à decisão interna por maioria. E mais, que a existência do grupo permanecerá secreta. Assumimos um vago e divertido ar de conspiradores» (36).

Vencidas as dificuldades, o Congresso instalou-se em São Paulo, a 22 de Janeiro de 1945, com delegações eleitas em todos os estados brasileiros, todos, com direito a voz e voto, e mais a delegação de escritores estrangeiros, a estes sendo negado, naturalmente, o voto. Contaram ainda com apoio de instituições culturais e profissionais.

É importante, aqui ressaltar que entre os delegados eleitos encontrava-se um significativo número de escritores comunistas, em que pesem as precariedades de uma tal afirmação, considerando-se o quadro ainda débil de sua organização. Todavia, estes intelectuais eram identificados por seus pares como tal, considerando-se tanto a ilegalidade do partido como o facto de terem ou não formalizada sua filiação ao partido. Acrescente-se ainda que muitos deles assumiam explicitamente esta posição em suas intervenções. Entre os mais conhecidos destacam-se: Alberto Passos Guimarães, Aydano do Couto Ferraz, Jorge Amado, Aparício Torely, Lia Correa Dutra, Moacir Werneck de Castro, Pedro Mota Lima Astrojildo Pereira, Heitor Ferreira Lima, Dalcídio Jurandir, Dionélio Machado e Caio Prado Jr.

Alguns desses compuseram a mesa diretora dos trabalhos (37), bem como contribuíram com teses (38).

O congresso dividiu-se em cinco comissões — Direitos Autorais; Cultura e Assuntos Gerais; Teatro, Imprensa, Rádio e Cinema; Política; e Redação e Coordenação —, que receberam um conjunto de 56 teses. Deste conjunto foram rejeitados os trabalhos cujo conteúdo político não fosse consensual, ou por não conterem medidas objetivas, ou uma declaração de princípios.

O grupo de comunistas acima mencionado distribuiu-se nas várias comissões, e formou a metade da Comissão Polí-

(36) Carlos Drummond de Andrade, 1944, *Páginas viradas*.

(37) Mesa Diretora do 1.º Congresso ABDE; Presidente: Aníbal Machado; Vice-Presidentes: Sérgio Milliet, Dionélio Machado, Murilo Rubião, Jorge Amado; Secretários: Francisco de Assis Barbosa Cordeiro, Alberto Passos Guimarães e Justino Martins.

(38) Podemos citar as teses de Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira: «Liquidação do analfabetismo»; «O escritor na guerra e no mundo de após-guerra de Lia Correa Dutra».

tica, podendo-se já, por este dado, inferir o peso que tiveram nos trabalhos.

Excluindo-se os apresentados à Comissão de Direitos Autorais, que reuniu teses de cunho eminentemente corporativo, os trabalhos tiveram natureza marcadamente política.

Ainda que os escritores fizessem do Congresso um fórum de debates de questões técnicas que pretendiam encaminhar discussões e propostas acerca dos obstáculos que os frustravam no exercício de suas atividades, as discussões ali travadas revelam, de forma inequívoca, o caráter de oposição ao Estado Novo. A despeito da diversidade de pontos de vista, uniram-se em torno da disposição de lutar pelo estabelecimento de um regime democrático.

As apreensões quanto às possibilidades mesmas de realização do Congresso, aliadas à censura ainda vigente, explicam o tom cauteloso e metafórico de algumas teses e intervenções, sem contudo diminuir o conteúdo crítico e polêmico do encontro.

A reconquista da democracia apresentava-se então para estes intelectuais como uma questão vital, pois sua negação era também a negação da condição de realização de sua atividade crítica. Construindo o par democracia e vida intelectual, estabeleciam os laços que os uniam, no mesmo movimento em que formulavam propostas para a sociedade brasileira no pós-guerra.

Veja-se a seguir como se articulavam as peças do discurso produzido então, com vistas à sustentação da ligação acima referida.

A identificação primeira era estabelecida entre fascismo e cerceamento das liberdades, pois mesmo reconhecendo que a força era o «argumento todo-poderoso» desses regimes, sublinhavam ainda que os regimes totalitários construam sua dominação sobre a base de «uma idéia, um princípio, uma mística». «Essa unificação não se opera, como no sentido hegeliano, pelo encontro necessário de todas as vontades através de uma consciência maior de si mesmos, mas pelo encontro de todos os modos. Ou seja, pela negação justamente de todas as vontades»⁽³⁹⁾.

Em suas considerações acerca da natureza dos regimes fascistas, depreende-se também que atribuíam à hipertrofia do Estado a constituição e imposição desse princípio uno. Ao mesmo tempo que este era o resultado da inchação do

⁽³⁹⁾ Oswaldo Montenegro — Tese: «O Estado totalitário e a vida intelectual», in *Anais do 1.º Congresso ABDE*, SP, p. 234, s/d. mimeog.

poder executivo, pois nada se processava fora do Estado era sua razão de ser, visto que se reproduzia em função de interesses exclusivamente materiais, ceifando todas as possibilidades de criação que não se restringissem à produção de riquezas. Não lhes escapava também que o propósito implícito nesta proposta política dirigia-se contra as classes subalternas: «Seu interesse primeiro é o aburguesamento da classe operária, dando-lhe um conforto e um bem-estar material que exerça sobre elas o efeito do ópio», acrescentando-se ainda que «o trabalho em massa é um meio de distrair o operário de problemas que poderiam voltá-los contra o Estado».

É pertinente observar como esta colocação encaminha de forma diversa a interpretação da problemática social brasileira, quando contraposta àquela produzida pelo partido em 46. A diferença é perceptível na articulação entre a promoção do bem-estar — a satisfação das necessidades — e a apatia, a não-participação política, em outras palavras o não-exercício das liberdades.

No discurso veiculado pelos congressistas sobressai a resolução da questão social, entendida num universo mais amplo, que não incorporasse apenas a questão das necessidades. Os carecimentos desta sociedade, tal como o contido nesta formulação apontavam para o exercício da política, e para a colocação em plano secundário da questão nacional.

Reconhecendo o papel da ideologia na reprodução das relações sociais, concluíam que «num regime com esta estrutura maciça e única, não haveria espaço senão para o que é imediatamente útil e produtivo ao Estado e no sentido do Estado, e assim chega-se naturalmente a uma ciência, uma arte e uma literatura também dirigida»⁽⁴⁰⁾.

Esta tese, aprovada em plenário, sendo também publicada nos Anais, é exemplar do tipo de análise predominante entre os escritores que lá se fizeram representar. Outros textos retomam a crítica ao fascismo pela vertente da denúncia contundente da destruição das condições de criação, colocando os intelectuais como o alvo principal desse regime. Nas palmas que aprovavam tais interpretações, a constatação do impasse — ou bem os intelectuais repetiriam monocórdicamente o discurso do poder, e, neste sentido comprometiam-se com uma prática política que consideravam alienadora das classes subalternas, ou resistiam. Resistência que, mesmo avaliada como honrosa e merecedora da solidariedade de seus pares, nem

⁽⁴⁰⁾ *Ibidem*, p. 235.

sempre traduzia-se no resultado almejado, como procurou demonstrar a tese que conclui pela total incompatibilidade entre vida intelectual e regimes totalitários⁽⁴¹⁾, pretensamente reclusos «numa torre de marfim» ou numa atitude de «nirvânica passividade». desmitificando tais posturas, pois de sua «passividade» resultava, em larga medida, o avanço das forças obscurantistas.

Seguindo a lógica de sua argumentação, a alternativa que se delineava então apontava para a defesa de valores perdidos no desenrolar do processo social que resultara no estabelecimento de regimes totalitários. Na concepção vigente à época, o mundo cindia-se em dois pólos díspares, em dois campos distintos: os regimes democráticos e os regimes fascistas, totalitários.

Com os primeiros identificavam, de modo geral, o pleno exercício das liberdades clássicas de expressão e organização, do predomínio dos valores espirituais sobre os materiais. Caracterizavam o segundo grupo pela negação desses princípios, além, obviamente, do já citado obscurantismo.

Distinguiam-se também pela relação diferenciada com as massas populares, ou o povo, como preferiam afirmar, vistos então simultaneamente como sustentáculos e vítimas do fascismo, em seu projeto de desenvolvimento e modernização.

Cabe sublinhar o peso significativo que atribuíam à questão da democracia, como condição da resolução da questão social, relegando a plano secundário as considerações acerca do regime económico, já que dividiam o mundo capitalista em dois regimes políticos distintos, tendo como critério o exercício e a vigência das liberdades.

Com um quadro político-social assim delineado, deixaram transparecer a postura consensual acerca da realidade brasileira. A defesa dos regimes democráticos não se apresentava então apenas como uma questão da guerra, do plano internacional, pois deitava raízes em nosso meio social.

Em princípio, a identificação da realidade político-social brasileira com a ausência de democracia é perceptível nos textos dos *Anais do Congresso*, nas referências à situação crítica em que se desenvolvia o trabalho intelectual e na situação «dramática»⁽⁴²⁾ do povo brasileiro. A possibilidade de se afirmar que o debate político travado em São Paulo pelos

(41) Vejam-se as teses de: Osório Borba, «O apoliticismo dos intelectuais» e Lia Correa Dutra, «O escritor na guerra e no mundo de após-guerra».

(42) Dante Costa, «A saúde e a educação como armas de democratização da cultura», in *Anais*, p. 320.

escritores não se furtara à crítica contundente ao autoritarismo do regime não se esgota nos pontos sublinhados.

Estes são, porém, os dois eixos que permitem, inicialmente perceber que não se limitaram a discutir problemas de ordem externa, e sim, através deles, estabelecer paralelos entre o internacional e o nacional, contornando os rigores do controle exercido pela censura do regime. A compreensão da realidade brasileira como próxima daquela visualizada na Europa, em particular no que tange ao cerceamento das liberdades, transparece de forma clara nas moções encaminhadas e aprovadas em plenário, na proposição de uma «saudação fraterna aos escritores que não renegaram a dignidade da inteligência e seus deveres com o povo e a liberdade», como também na «solidariedade aos escritores nacionais sujeitos à censura prévia dos seus escritos, acrescentada ao sistema de censura já existente, ou à proibição de escrever; e aos submetidos ao processo de encarceramento por delito de opinião».

O outro eixo em torno do qual os congressistas apontaram a impostergável necessidade de se operar uma mudança no regime recupera o perfil do «povo» brasileiro.

As precariedades da produção intelectual, explicariam, em parte, que este fosse «um povo sem intrução» semi-analfabeto. Privado da possibilidade de «construir uma visão mais clara dos problemas da nação», o povo brasileiro, inculto e ignorante, constituía-se assim num «impecilho ao progresso», ao mesmo tempo que se tornava «vítima fácil dos mistificadores» (43).

Vale lembrar que, em outras passagens, os trabalhos encaminhados à discussão já apontavam para o papel da ideologia no processo social e, nesta perspectiva, fundamentaram a condição de dominado do povo brasileiro.

Dominado porque relegado ao abandono, e destituído das condições de participação por força da ignorância, este era um povo «sem fala, sem boca». Seu mundo era o mundo do silêncio e era «também o da pobreza, da miséria sob formas várias, da fome e da doença» (44).

Através da consideração desta presença/ausência do povo na realidade social brasileira, tal como fora interpretada pelos intelectuais no Congresso de 45, reintroduz-se no debate político o enfrentamento da questão social. Questão social vista como expressão do mundo da privação que sujei-

(43) Dante Costa, «A saúde e a educação como armas da democratização da cultura», in *Anais*, p. 321.

(44) *Anais*, pp. 163, 320.

tava seus agentes à ditadura das necessidades⁽⁴⁵⁾. Nesses termos, o reconhecimento da pobreza — tanto material como espiritual — é interpretado como uma categoria política, porque fruto da violência da dominação, pois o povo era formado por aqueles que «recebiam apenas o mínimo, o suficiente para dar-lhes aptidão para trabalhar»⁽⁴⁶⁾.

Nos termos em que é posta a questão social seus aspectos económicos são entendidos como fruto de uma determinada forma de subordinação política que tornava seus sujeitos prisioneiros de suas necessidades, vedando-lhes o usufruto das liberdades.

A lógica do discurso desses intelectuais constrói-se, então, em torno da idéia de que a eliminação desta situação seria possível no interior da reconstrução de uma ordem democrática e de que, neste processo, sobressaíam as discussões sobre a questão cultural, enfatizando-se a problemática educacional.

O silêncio imposto a essa parcela da sociedade, expressão de sua subordinação, era visto como criatura do obscurantismo do regime, que lhes subtraía o acesso ao saber; dito em outros termos, os circunscrevia ao mundo das trevas. Nos termos de então entendia-se a conquista da democracia como inseparável do debate sobre a educação. A grande preocupação com esta questão pode explicar o fato de a Comissão de Cultura ter recebido volume maior de teses, algumas delas empolgando os congressistas, que, através de apartes, sugeriam adendos para o aprimoramento de suas formulações. A menção de alguns títulos referendaria tal afirmação: «Democratização da Cultura» foi tema das teses de Hélio Magno, Herculano Pires e Lia Correa Dutra. Um outro conjunto exemplifica as preocupações imediatas com a educação popular como condição da democracia: «Método Económico Aplicado à Democratização da Cultura», de Dante Costa; «A Democratização da Cultura por Meio das Bibliotecas Populares», de Nair Pirajá e Carmem Moreno; a «Reforma Agrária Permitiria o Estabelecimento de uma das Bases mais Sólidas para a Democratização da Cultura no Brasil», de Aguinaldo Costa; «O que o Povo Precisa: Cursos Populares Rádios, Livros Instrutivos Baratos e Pequenas Bibliotecas Populares», de A. Hoffmann; «Um Movimento de Educação

(45) Nesta interpretação tomamos por base as formulações de Hannah Arendt em *Sobre a Revolução*, Lisboa, Moraes, 1971.

(46) Cruz Costa, «Um movimento de educação popular», in *Anais*, p. 173 e N. M. Pirajá e C. Jorena, «A democratização da cultura por meio das bibliotecas ambulantes», in *Anais*, p. 318.

Popular», de Cruz Costa e «A Liquidação do Analfabetismo», de Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira.

Preconizando medidas que não implicariam reformas das estruturas económicas e sociais, mas tão-somente iniciativas no sentido de estender a um conjunto maior da sociedade o acesso ao conhecimento, seja no nível mais elementar da alfabetização, seja no reconhecimento ao direito a uma instrução universitária esses trabalhos assumiam o reconhecimento destas carências. São também manifestações de uma concepção de cultura como fruto de uma reflexão que não se produzia no meio popular e sim entre a intelectualidade posto que se viam «principalmente como educadores» (47) e que pediam que se aperfeiçoasse o meio cultural (48).

O intelectual era visto como o detentor de um saber que deveria ser difundido, popularizado através da educação. Esta se confunde, então, com as «luzes» que extinguiriam o obscurantismo, promovendo a consciencialização das massas através da elevação de seu nível cultural.

Compreende-se assim a defesa intransigente que faziam dos valores da civilização francesa. Como os iluministas e ilustrados do século XVIII, concebiam a educação como fator propulsor do progresso.

A constatação das necessidades do povo, impondo a urgência de um aprendizado que lhe fornecesse condições de uma maior conscientização política, delineia a dupla aceção expressa na visão dos escritores. Em primeiro lugar, a idéia de povo referida a quem deve receber, constituindo-se assim num segmento social que não seria sujeito e sim objeto da prática social de outro segmento, os intelectuais. Por outro lado, para que tal se realizasse, reivindicavam para si essa participação. Mais do que isto, esta seria sua função social.

No discurso de Aníbal Machado, presidente da Diretoria do 1.º Congresso Brasileiro de Escritores, a passagem que sintetiza essa visão:

«Nesse chão sem firmeza e por essa cena mal iluminada atravessa o fantasma do intelectual vagamente hamletizado. — Que vens fazer aqui? perguntará o público multidão. Resolver os teus problemas ou os nossos? Exibir o teu desespero, agravar as tuas dúvidas? ou ajudar-nos a encontrar o que nos falta, exprimir o que sofremos, formular o que queremos? É para nos libertar, ou para nos explorar que escreves» (49).

(47) Genolino Amado, in *Anais*, p. 66.

(48) Wilson Martins, in *Anais*, p. 86.

(49) Discurso de Aníbal Machado na sessão inaugural do 1.º Congresso da ABDE, in *Anais*, 26.

Anunciando os estreitos laços que uniriam povo e intelectual, mais especificamente os escritores que não aceitavam o *status quo*, os congressistas buscavam, simultaneamente, definir sua função social. Veja-se como recortaram o papel dos intelectuais neste processo.

Reproduzindo ainda, em larga medida, idéias e concepções que germinavam em períodos passados, refutavam o trabalho de escritores que se limitasse a produzir «uma literatura de luxo, feita para divertir os ociosos»⁽⁵⁰⁾. Em seu lugar, deveriam dedicar-se a uma produção de carácter bem diverso, «com sentido social, que permitisse uma comunhão mais íntima entre os autores e o público, entre os criadores e a massa, exprimindo seus sentimentos e idéias»⁽⁵¹⁾.

Como ao povo, do qual se distinguiam pela questão da educação, aos intelectuais, que não se submeteram nem apoiaram o Estado Novo restava o mundo do silêncio, da não-participação.

Todavia, pela diferença que os identificava, viam-se como a consciência mesma desse povo. Oswald de Andrade, em seu belo discurso de encerramento do Congresso, resume e expressa este entendimento, que não deixa de responder à indagação de Aníbal Machado reproduzida acima. Rendendo uma dupla homenagem, ao povo e aos intelectuais presentes no Congresso, as imagens construídas pelo orador promovem o amálgama entre autor e personagem, constituindo estes últimos no próprio plenário do Congresso:

«...Aqui, na mesma guerra pela democracia estamos hoje unidos e unidos o pensamento do Brasil. Por isto é importante este Congresso. Por que está aqui o Brasil. Estão aqui o João Ternura, o Cobra Morato, o amanuense Belmiro, Ataxerxes e a filha dos seus desdobramentos lorqueanos. Aqui está o presidiário João Miguel e os homens sem paisagem. Estão aqui o feiticeiro Jubiabá e o preto Balduino, os mata-mosquitos e as estrelas que sobem para o Mangue. Está aqui o suicida do Edifício Império, o gato Sardanápalo e a cachorra Baleia. Estão aqui tanto os sensacionais e os inquietos de José Geraldo Vieira, como os Corumbas, o alugado Ranulfo, os vencidos de Osvaldo Alves e todos os trabalhadores do Brasil. Estão aqui os sonhos castigados, as vidas tolhidas, as porteiras fechadas, os recalques seculares, as transferências, as moléstias e os vícios. Mas estão também as esperanças que não morrem. Está aqui, pessoalmente, o menino que beijou por nós todos a mão agonizante de Machado de Assis —

⁽⁵⁰⁾ Fernando de Azevedo, in *Anais*, p. 93.

⁽⁵¹⁾ Parecer da Comissão Política, relator Arnon de Melo, in *Anais*, p. 141.

Astrojildo Pereira. Está aqui a tradição do humor que é a flor cáustica da liberdade. E está também a fé na democracia, a fé no futuro, a fé nos teimosos destinos do Brasil» (52).

Nas palavras de Oswaldo de Andrade, integravam o mesmo coro criador e criatura, isto é intelectual e povo, — trabalhadores — num canto de denúncias da opressão da miséria, da derrota, da exploração, do heroísmo, da frustração, de lutas individuais e coletivas, e desesperanças «que não morrem», as quais, personificadas por Astrojildo Pereira, podem significar na linguagem metafórica de seu discurso a referência aos comunistas.

A imagem do coro comporta ainda outras considerações. De imediato a compreensão de que a participação ativa dos escritores teria como tom a luta contra «toda e qualquer espécie de restrição às liberdades», a «não neutralidade» (53), e que esta participação concederia voz àqueles que estavam calados até então. Percebe-se também a reafirmação da postura crítica com relação à realidade social brasileira.

É possível agora completar a noção de mudança subjacente a esses diversos discursos. A outra face que acompanha o postular da irradiação da cultura é o propósito de influir no processo social, constituindo o Estado como seu interlocutor. Teses como o «Estado Totalitário e a Vida Intelectual», de Olívio Montenegro; «O 'Apoliticismo' dos Intelectuais», de Osório Borba; «O Escritor na Guerra do Mundo Após-Guerra», de Lia Correa Dutra; «O Intelectual em Face do Problema da Liberdade», de Elias Chaves Neto, e a «Resposta da Literatura Alemã ao Nazismo: Ela Emigrou», de Ernesto Feder, aprovadas por seu conteúdo, foram também entendidas como sugestões a serem encaminhadas ao governo para futuras reformas.

Encerrando os trabalhos em São Paulo, os congressistas aprovaram, por aclamação, «de pé, para que o ato se tornasse mais solene», conforme a sugestão de Caio Prado Jr., uma Declaração de Princípios que expressa o grau de consenso a que chegaram bem como sua exigência maior. Este foi o texto redigido pela Comissão de Assuntos Políticos, aprovado na sessão de 27 de Janeiro de 1945:

«Os escritores brasileiros, conscientes de sua responsabilidade na interpretação e defesa das aspirações do povo brasileiro e considerando necessária uma definição

(52) Discurso de Oswaldo de Andrade, na sessão de encerramento do 1.º Congresso ABDE, in *Anais*, p. 161.

(53) *Anais*, pp. 142, 148.

de seu pensamento e de sua atitude em relação às questões políticas básicas do Brasil, neste momento histórico, declaram e adotam os seguintes princípios:

Primeiro: — A legalidade democrática, como garantia de completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, de segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna.

Segundo: — O sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal direto e secreto.

Terceiro: — Só o pleno exercício da soberania popular, em todas as nações, torna possível a paz e a cooperação internacionais, assim como a independência econômica dos povos.

Conclusão: — O primeiro Congresso Brasileiro de Escritores considera urgente a necessidade de ajustar-se à organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as forças armadas do Brasil e das Nações Unidas» (54).

Para além de aspectos já anteriormente apontados acerca das concepções sobre o papel dos escritores, interessa destacar três pontos desta declaração, mais precisamente as articulações estabelecidas. No primeiro item, a referência à legalidade democrática como garantia de liberdade e, portanto, a proclamação da ilegalidade de toda situação que não a comportasse e que não reconhecesse e dialogasse com as diferenças que naturalmente se explicitariam na vivência daquelas liberdades. Eram, portanto, porta-vozes de uma concepção democrática que incluísse o plural ao invés do uno, do singular.

O segundo aspecto concede legitimidade a governos instituídos através de sufrágio universal, acrescentando aos direitos civis os direitos políticos.

Finalmente, a noção de soberania popular como condição da paz, cooperação e independência econômica.

Não indo muito além dos princípios clássicos do liberalismo político, os intelectuais também não se distanciaram das linhas gerais do «Manifesto dos Mineiros» em 43. Estas observações, contudo, não visam a desqualificar ou distorcer de importância o documento, recusando-lhe originalidade. Trata-se porém de, através dele, tentar ver o debate que se travava à época, bem como os alinhamentos políticos que se forjaram naquele momento.

Voltando aos três pontos destacados acima, é possível perceber não apenas seu caráter fundamentalmente político

(54) *Anais*, pp. 154-155.

— como de resto fora também o conjunto das discussões —, mas, particularmente, uma concepção que, ao opor o legal ao ilegal, definia também seus contornos. Neste sentido, contrastavam o exercício das liberdades, da harmonia e do pluralismo (primeiro campo) com a ausência de liberdade, a violência e a presença de um discurso uno — típicas do segundo. Evidencia-se uma vez ainda que o debate político-ideológico, naquela conjuntura, privilegiando a questão da cidadania, concedia lugar de menor importância à natureza das relações económicas, distinguindo as sociedades democráticas das totalitárias. A época, portanto, eram reconhecidos como totalitários apenas os regimes fascistas, em seus vários matizes, cindindo-se as sociedades entre partidários e opositores de tais regimes, independente de sua condição de capitalistas ou socialistas. Assim como no plano internacional as alianças se construíram contra Alemanha e Itália, no interior da sociedade brasileira aquela cisão transparecia entre opositores e partidários do Estado Novo, permitindo-se assim a localização, num mesmo campo, de liberais e comunistas.

A análise da atuação dos comunistas e dos escritores reunidos no Congresso da ABDE impõe algumas conclusões finais.

De imediato, a possibilidade de sublinhar a conjuntura de crise que identificaria os anos de 1943-45, considerando os efeitos da insegurança reinante na formulação de proposta para a solução de problemas de ordem moral. Isaiah Berlin sustenta que os períodos de estagnação intelectual e social favorecem a construção de visões de mundo pluralistas, como decorrência da «claustrofobia histórica», que demandaria «mais luzes», forma de contrapor-se ao obscurantismo que advém do predomínio de visões e interpretações monísticas. Todavia, constatando também que predominam nos processos históricos, as tendências monísticas, sustenta que os momentos de crise podem gerar também a «agorafobia», quando a necessidade de escolha gera medos e neuroses, e o homem fica ansioso para trocar as dúvidas e a agonia da responsabilidade moral por visões «deterministas, conservadoras ou radicais, que lhe dá a paz da segurança e a sensação de ter finalmente alcançado um lugar próprio no cosmos»⁽⁵⁵⁾.

Esta tensão entre dois medos é que estaria na base da formulação de explicações plurais ou unitárias.

A análise da intervenção dos intelectuais no processo social brasileiro no início da década de 40 torna possível

⁽⁵⁵⁾ Isaiah Berlin, *Russian Thinkers*, England, Penguin Books, 1978.

perceber o movimento daquele segmento social sob os efeitos da «claustrofobia», em sua demanda por «mais luzes». Foi o campo em que formularam suas interpretações acerca do lugar que deveriam ocupar na sociedade. Esta interpretação resgataria a ênfase que concederam à questão da liberdade, que costumava e dava sentido às propostas formuladas então.

Observa-se que no movimento social do início dos anos 40 os escritores brasileiros questionavam o papel dos intelectuais se seu entendimento os limitasse ao papel de produtores de conhecimento. Ainda que reconhecessem este atributo, repe-liam, por inócuo, um trabalho individual que os circunscrevesse ao seu gabinete.

A defesa intransigente da organização deste segmento aproxima seu entendimento sobre trabalho intelectual do entendimento sobre a função dos intelectuais tal como desenvolvida pelos filósofos iluministas na França do século XVIII.

Como indica Hannah Arendt, eles não seriam identifi-cados aos «hommes de lettres», que se «educaram a si pró-prios e cultivavam o espírito num isolamento livremente es-colhido, colocando-se desse modo a uma calculada distância do social assim como do político, do qual eram excluídos, em qualquer caso»⁽⁵⁶⁾.

Os intelectuais reunidos na ABDE viam-se mais como indispensáveis à edificação de um corpo de conhecimentos especializados e de propostas igualmente indispensáveis à ação do governo.

Como nos iluministas, concederam ênfase particular à questão da liberdade. Não a liberdade entendida apenas como livre arbítrio ou livre pensamento, mas como o exercício das liberdades públicas.

Nesse sentido os intelectuais partilhavam como o povo a obscuridade, pois careciam do espaço público «onde eles próprios se pudessem tornar visíveis e ter significado»⁽⁵⁷⁾.

Vejam os detalhes desta questão da obscuridade que abarcava intelectuais e povo. Em primeiro lugar, des-taque-se que tal identificação estava presente nas formula-ções desses intelectuais. Seja no diagnóstico de sua própria situação pois a eles se aplicaria a condição de «ignorantes acerca dos negócios públicos», conforme expressão toque-villeana⁽⁵⁸⁾ seja no diagnóstico do povo como ignorante, por não ter acesso à cultura.

⁽⁵⁶⁾ Hannah Arendt, *Sobre a Revolução*, p. 120.

⁽⁵⁷⁾ *Ibidem*, p. 122.

⁽⁵⁸⁾ Alexis Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*. Trad. Yvone J. da Fonseca. Brasília, Ed. Universidade Brasília, 1979, p. 136.

Importa sublinhar que, para além desta identificação entre o povo e os intelectuais, e neste ponto residindo a particularidade de suas interpretações sobre o processo social brasileiro, é possível depreendermos a outra face de suas formulações acerca do entendimento do processo social brasileiro.

Convém chamar a atenção para a releitura que procederam com relação à Semana de 22, bem como da prática social dos literatos na década seguinte. Renegam ambas as coisas — pelo afastamento em que se mantiveram do povo, quer pelo seu caráter de vanguarda da respectiva produção, quer por ela ser entendida como literatura para os «ociosos».

Ressalte-se que, mesmo construindo uma visão não diferenciada do povo, estigmatizado por ser ignorante, disto decorre uma perspectiva distinta acerca dos processos de mudança na sociedade brasileira.

O contraste entre a imagem de um povo pobre e faminto, ou de um povo ignorante e inculto, deixa transparecer a construção de concepções distintas acerca do peso maior que se deveria conceder, respectivamente, aos factores económicos ou políticos no comando das transformações. Estas, ainda que referidas à idéia de progresso, comportavam perspectivas diversas.

Assim, a visão do povo pobre concebe o progresso como referido ao avanço tecnológico, desembocando nas propostas de industrialização, enquanto no segundo grupo a idéia de progresso ganha outra dimensão. Aqui, o progresso tem como referência maior a questão da conquista das liberdades.

Em termos concretos, se tomarmos o Congresso de 45 como um microcosmo dessa sociedade, podemos inferir uma dupla ordem de questões. De imediato, o desenvolvimento da aspiração de restabelecimento de um regime democrático, presente na diversidade de posicionamento político-ideológico dos delegados. A reunião de representantes de um espectro amplo de tendências políticas expressou o consenso em torno da oposição aos regimes políticos identificados com o totalitarismo. Ainda que a Declaração de Princípios interpretasse a questão democrática em termos do restabelecimento dos mecanismos básicos do liberalismo político, nela não se esgotava. A iniciativa mesma do Congresso revela a abrangência maior de seu conteúdo. O debate sobre a reconstrução democrática em nossa sociedade incorporava, no discurso e na prática dos actores eleitos, a reavaliação mesma de sua forma de inserção recusando o «exílio» que lhes era imposto e reivindicando para o interior da sociedade o exercício da política.

Percebe-se desta forma a negação e a conseqüente separação e deslocamento do Estado, que marcaria até então a prática política dos intelectuais, particularmente se tivermos como parâmetro a situação durante o Estado Novo.

Recusando o exíguo espaço que lhes era reservado em nossa formação social os intelectuais ampliaram o espectro de sua concepção democrática ao concederem legitimidade à participação social, recusando o modelo imposto pelo Estado Novo. Na proposta formulada então este seria o interlocutor desses especialistas, travestidos de suas novas funções, as de reflexão e formulação de projetos que incorporassem os interesses daqueles cujas vozes estiveram caladas até então: os intelectuais e o povo.

Relembrando a citação de Aníbal Machado, transcrita acima os escritores responderiam ao «público-multidão», exibiriam seu desespero e seu sofrimento, pretendiam libertá-lo formulando o que pretendiam, porém reservando-lhes apenas o lugar de «público» de um espetáculo cuja temática lhes dizia respeito, mas onde lhes era recusado o papel de atores»⁽⁵⁹⁾.

Restam algumas colocações sobre a particularidade da participação dos comunistas no processo em análise.

A identificação da postura desse grupo, tendo como referência o conjunto de pontos assinalados, assume relevância para que se possa apreender a questão do partido comunista.

Em primeiro lugar, importa sublinhar sua presença nos movimentos sociais que marcaram o início da década de 40.

Apesar da dura ilegalidade a que estavam sujeitos e da debilidade da organização partidária, os comunistas de pelo menos três estados da Federação — Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo — participaram de forma activa das lutas que se travaram então, em torno dos princípios democráticos, aliando-se às demais forças sociais presentes na cena política. Reanimados pelo clima de transformações que marcou aquele momento, os comunistas iniciaram também seu processo de reorganização interna. Todavia, o que se observa no período compreendido entre a realização da Conferência da Mantiqueira e o Congresso da ABDE é o contraste entre a linha política adotada pelos delegados presentes à Conferência e aquela que informa a prática política dos militantes que

(59) Sobre essa imagem de Aníbal Machado é possível e aproximação com a interpretação sobre o ato de representar desenvolvido por Reinhart Roselleck, *Crítica y crisis del mundo burgués*, Madrid, Ed. Recilp, 1965.

atuaram nos movimentos de massas. Percebe-se que se, por um lado, o trabalho de reorganização partidária seguia de forma lenta e precária, inversamente, ampliavam-se as bases de penetração dos intelectuais comunistas nos movimentos sociais.

A inteligibilidade desse descompasso descortina-se pela percepção da presença de duas correntes diversas de interpretação política no interior do partido comunista à época final do Estado Novo.

Ainda que guardassem um campo comum, — a visão indiferenciada do povo —, revelaram tendências opostas e visões excludentes, seja pelo primado da política em detrimento do económico, seja na atitude com relação ao governo Vargas: a linha aprovada na Conferência da Mantiqueira defendendo apoio incondicional a Vargas, e a postura dos comunistas presentes no Congresso, de clara oposição ao regime de 37.

As tensões entre estas concepções divergentes estão na raiz dos problemas vividos pelo partido no período da legalidade, imprimindo um novo perfil às «esperanças que não morrem».